



MINISTÉRIO DA FAZENDA



TESOURO NACIONAL

Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
Anexo do Min. Fazenda, Bloco P, Ala B, Térreo - Sala 8 - Esplanada dos Ministérios
70048-900 - Brasília - DF
(61) 3412-3042 (61) 3412-3009 (61) 3412-3083 corem.df.stn@fazenda.gov.br

Ofício nº 312/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 20 de outubro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE
Governador do Estado do Pará
Palácio dos Despachos, Rodovia Augusto Montenegro, km 09 - Coqueiro
66.823-01 - Belém - PA

Assunto: **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados - Resultado da avaliação do Programa referente ao exercício de 2013**

Senhor Governador,

1. Nos termos do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 010/98/STN/COAFI, de 22 de março de 1999 e em atendimento à seção 4 do Programa do Estado, assinado em 23 de outubro de 2012, **foi realizada a avaliação do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos para o exercício de 2013**, sendo relacionados a seguir os resultados alcançados:

- i) Meta n.º 1: limitar a relação dívida financeira / receita líquida real (ajustada) a 1,00. O Estado cumpriu a meta ao apresentar a relação 0,25.
- ii) Meta n.º 2: alcançar resultado primário superavitário de R\$ 46 milhões. O Estado cumpriu a meta, ainda que tenha realizado resultado primário superavitário de R\$ 41 milhões, pois não superou o montante de atraso / deficiência projetado.
- iii) Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida. O Estado cumpriu a meta ao apresentar relação equivalente a 56,69%.
- iv) Meta n.º 4: alcançar receitas de arrecadação própria no valor de R\$ 9.740 milhões. O Estado cumpriu a meta ao realizar as referidas receitas no montante de R\$ 9.845 milhões.
- v) Meta n.º 5: alcançar os seguintes compromissos:

(a) Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR 37,26% em 2013.

(b) Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes, com a participação de representantes das Secretarias Especial de Estado de Gestão – SEGES, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF, Procuradoria Geral do Estado - PGE, e Empresas Estatais Dependentes, conforme Decreto nº 344, de 3 de fevereiro de 2012.

(c) Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias de Estado da Fazenda - SEFA, de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF, de Administração - SEAD, Procuradoria Geral do Estado - PGE, e Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, conforme Portaria SEFA nº 0385/2011, de 17 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado, em 23 de agosto de 2011.

(d) Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN, na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes.

(e) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, relativo ao exercício anterior, e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas.

(f) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00.

(g) Manter Grupo de Trabalho de Integração da Gestão Governamental – GTGOV/PA, instituído pelo Decreto nº 345, de 3 de fevereiro de 2012. O GTGOV/PA é formado pelos representantes das Secretarias: Especial de Estado de Gestão, de Estado da Fazenda, de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, de Estado de Administração, da Auditoria Geral do Estado, da empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará, da Procuradoria Geral do Estado, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, da Administração Indireta Estadual e os respectivos Poderes e órgãos independentes. Sob a Coordenação da Secretaria Especial de Estado de Gestão, O GTGOV/PA objetiva implementar as medidas necessárias ao atendimento:

I. das exigências contidas na Lei Complementar nº 101/00 com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 131/09, regulamentadas pelo Decreto Presidencial nº 7.185/10 e pela Portaria nº 548/10 do Ministro da Fazenda;

II. de Governabilidade Democrática;

III. a adaptação da contabilidade pública estadual aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e

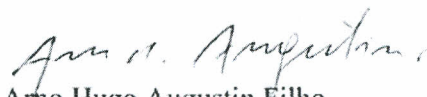
IV. a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

O Estado não alcançou o compromisso (a), tendo alcançado a relação 37,61%. Por decorrência, a meta foi considerada não cumprida.

vi) Meta nº 6: limitar as despesas com investimentos a 12,24% da receita líquida real anual. O Estado cumpriu a meta ao apresentar relação equivalente a 9,57% da receita líquida real.

2. Considerando o disposto no art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e na cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo de Rerratificação do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 010/98, firmado entre a União e o Estado ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, o cumprimento das metas 1 e 2, a despeito do descumprimento da meta 5, é condição suficiente para a não aplicação de penalidades e para que o Estado seja considerado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2013.

Respeitosamente,


Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

Documento elaborado no COMPROTDOCWEB.